

O “Armazém de Deus”:
a natureza amazônica
segundo Antonio Vieira

Alírio Cardozo - UFMA

“Milagres feitos devagar são obras da Natureza: Obras da natureza feitas depressa são milagres”.

(Antônio Vieira. *Sermão de Nossa Senhora do “O”*, 1640)



Padre Antônio Vieira (1608-1697), maior sermonista e orador da língua portuguesa no século XVII, viveu cerca de nove anos na região que hoje é chamada de Amazônia. Nesse curto período de tempo, a natureza dessas terras não passou por ele despercebida. Sobretudo os grandes rios impressionaram o famoso jesuíta que tratou de registrar tudo que lhe era conveniente. Ao “Rio das Amazonas”¹, uma vez chamado por ele de “Rio das Almazinhas”, dedicou uma parte de sua vasta obra. Mas também podemos ler, em suas cartas e sermões, referências a plantas, animais, topografia e clima desta que foi a última grande região da América conquistada pelos portugueses.²

Numa de suas obras proféticas, *História do Futuro*, Vieira escreveu que os homens que habitavam a Amazônia eram “como gente nascida, e mais criada na água, que na terra”. O domínio das águas sobre as vidas parece tão acentuado lá que o próprio nome do Estado é uma referência explícita da onipresença do rio: “o nome que os portugueses lhe puseram de Grão-Pará, ou Maranhão, o que tudo quer dizer, *Mar Grande*, porque Pará significa mar”, afirma o padre. Em outro momento, Vieira resumiria sua admiração ante uma tão exótica existência, tão diversa daquela que ele próprio conhecia, no Brasil e na Europa:

¹ Na verdade, nos seus diversos escritos o padre Vieira chama ao Rio das Amazonas, “Rio das Almazonas”.

² Os portugueses chegaram formalmente à região no ano de 1615, a partir da cidade de São Luís. Em 1616 fundam a cidade de Belém. Em 1621 é criado o Estado do Maranhão e Grão-Pará, confirmado com a chegada do primeiro governador, Francisco Coelho de Carvalho, em 1626.



E é admirável a propriedade desta diferença, porque em toda aquela terra, em que os rios são tão infinitos, e os maiores, e mais caudalosos do mundo, quase todos os campos estão alagados, e cobertos de água doce, não se vendo em muitas jornadas, mais que bosques, palmares, e arvoredos altíssimos, todos com as raízes, e troncos metidos na água, sendo raríssimos os lugares por espaço de cento, duzentas, e mais léguas, em que se possa tomar porto.³

A admiração e aparente estranhamento em torno da grandiosidade do estado natural destas terras é tema muito freqüentado por Vieira. Ainda num sermão intitulado do *Espírito Santo*, ele afirma que o Amazonas não poderia ser chamado de rio, “porque verdadeiramente é um mar doce, maior que o Mar Mediterrâneo no comprimento e na boca”.⁴ E, de fato, o que foi encontrado pelos jesuítas na Amazônia não poderia ser facilmente comparado com outros lugares do Império. O objetivo deste texto é pensar os limites da narrativa vieiriana sobre os atributos naturais da região. Esse limite se estabelece na relação dinâmica entre a experiência amazônica, vivida de perto nos anos em que o jesuíta lá esteve, e as tradições neo-escolásticas que informavam um dado conceito de Natureza que ordenaria os escritos desses religiosos na América.

Em carta escrita, em 1654, ao Provincial do Brasil, padre Francisco Gonçalves, Vieira narra sua passagem pelo Rio Tocantins. Ele verifica que essas terras têm, mesmo em comparação com o Pará, infinita diversidade de pássaros, peixes e animais e se pergunta o motivo disso. O jesuíta defende, então, a tese de que a variedade tem relação com o lugar que aquelas terras ocupam no globo. O Pará, explica Vieira, está localizado próximo da “Linha” (Equador) e na medida em que os homens se afastam desta linha na direção sul, o clima se tornaria mais brando, sem os poderosos trovões e “dilúvios”, cotidianos no Pará. A menor freqüência destes transtornos favoreceria, segundo Vieira, a proliferação de animais e aves de toda a espécie. Por isso, ainda segundo o padre, a fome não existe nessas partes: “Os armazéns de que tiram todos esses aprestos são os que a Natureza tem prontos...”⁵ No *Sermão da Quinta Domingo da Quaresma* de 1654, pregado em São Luis, Vieira discute outras diferenças acentuadas entre o clima do Brasil e do Maranhão:

Na Bahia, que é a cabeça desta Província do Brasil, acontece algumas vezes o que no Maranhão quase todos os dias. Amanhece o Sol muito claro, prometendo um formoso dia, e dentro de uma hora se tolda o céu de nuvens, começa a chover como no mais estranho inverno.⁶

Na verdade, a pretexto de falar sobre o clima local, Vieira discorre sobre o temperamento daqueles que governavam o Maranhão e Grão-Pará, tão inconstante e inconfiável quanto os ares destas terras. Ao mesmo tempo, como até hoje parece evidente para quem vive na Amazônia, o padre não perde de vista as grandes diferenças entre os céus do Brasil e os do Maranhão. De fato, o próprio juízo que afirmava a possibilidade de criação de um novo Estado, distinto e separado do Brasil, em 1621, tem relação com as cartas e crônicas, algumas jesuítas, cuja tópica era a diferença física entre as duas partes da América Portuguesa.⁷

A postura de Antônio Vieira em relação à natureza amazônica não parece ser diferente do grande número de registros jesuíticos sobre a fauna e flora dos lugares

³ VIEIRA, Antônio. *História do futuro*. Belém: SECULT, 1998, p. 300-305.

⁴ “Sermam do Espírito Santo”. In: *Sermões do Padre Antônio Vieira. Reprodução facsimilada da edição de 1683*. São Paulo: Editora Anchieta S.A, v. III, 1944. Atualizamos a grafia mantendo, entretanto, a pontuação de época.

⁵ “Ao padre Provincial do Brasil (1654)”. HANSEN, João Adolfo (Orgs.). *Antônio Vieira. Cartas do Brasil, 1626-1697*. São Paulo: Hedra, 2003. p. 160-161.

⁶ “Sermam da Quinta Domingo da Quaresma” (1654). In: *Sermões do Padre Antônio Vieira. Reprodução facsimilada da edição de 1685*. São Paulo: Editora Anchieta S.A, v. IV, 1944. p. 295.

⁷ CARDOZO, Alirio. “Um Atalho para a Fortuna”. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 3, n. p. 60-63, 26 nov./2007.



alvos da missionação. Dessa forma, é possível comparar seus escritos com os de outros jesuítas, como Luis Figueira, Bettendorf, mais tarde, José de Moraes, Jacinto de Carvalho, sem falar em representantes de outras Ordens, como o capuchinho Claude d'Abbeville e o franciscano Cristovão Lisboa, este último responsável por uma obra da importância da *História dos Animais e Plantas do Maranhão* (1621), publicação ilustrada das principais espécies da região. Na verdade, a *Historia Naturalis* constitui um gênero bastante exercitado entre os eruditos dos séculos XV ao XVIII. Esses trabalhos tinham como fundamento obras de antigas autoridades como Aristóteles, Plínio (o velho) e Estrabão, ampliados em autores modernos como Ulisses Aldrovandi. A preocupação central desses textos era refletir sobre a condição da vida na chamada “zona tórrida”.⁸

Outra obra importante sobre o tema é, sem dúvida, o *Nuevo Descubrimiento del Gran Río de las Amazonas*, de 1641, do também jesuíta Cristovão de Acuña. Nesta obra, este jesuíta espanhol compara o Amazonas com os maiores e mais famosos rios do mundo: o Ganges, o Nilo, o Eufrates, e não encontra nada nestes que diminua as grandezas daquele. Já o padre João Daniel, autor do *Tesouro Descoberto no máximo Rio Amazonas*, talvez seja o cronista da Companhia de Jesus que mais bem definiu a Amazônia como grande armazém divino. A infinidade apresentada por esse outro jesuíta é realmente impressionante: são aves (papagaios, motuns, urubus tingas); mamíferos (cotias, javalis, pacas); peixes (piranhas, piraíbas e peixes-bois) e mais as “pragas” (saúvas, pulgas, maruins, piuns); e, por fim, os animais fabulosos: os homens marinhos e sereias, com aspecto de seres humanos e “feito de peixe”.⁹ Portanto, Vieira não está sozinho nesta empreitada.

Tal como os exemplos acima, o discurso vieiriano sobre a natureza não pode ser considerado apenas do ponto de vista meramente descritivo. Vieira constrói, como veremos, sua narrativa a partir de princípios estabelecidos na tradição teológica e letrada do período. Não é verossímil simplesmente igualar, como foi sugerido muitas vezes por historiadores e antropólogos, esses textos seiscentistas ao “naturalismo” dos séculos XVIII e XIX. Essa equivalência é presente em historiadores da primeira metade do século XX. Para João Lúcio de Azevedo, por exemplo, estava claro um certo interesse etnográfico na ação dos jesuítas: “Exploravam as regiões desconhecidas, estudavam os costumes do gentio, escreviam diários e levantavam mapas”.¹⁰

Por outro lado, não é possível negar que a experiência amazônica deixou uma marca indelével em cartas, discursos, sermões e crônicas escritas por Vieira ao longo de sua vida. Vieira chega ao antigo Estado do Maranhão por volta de 17 de janeiro de 1653. Entre 1654 e 1655, foi ter com o rei D. João IV, seu protetor, para tratar de assuntos sobre a escravidão indígena. Entre 15 e 17 de maio de 1661, foi expulso pelos moradores de São Luís. Por determinação do novo monarca, D. Afonso VI (1656-1675), nunca mais voltaria a pisar na região.

A mudança da Corte para o mais novo Estado do Império português, notoriamente desaparelhado e carente de recursos parece extremada. Um dos seus biógrafos mais famosos, João Francisco Lisboa (1812-1863), esforça-se em compreender a mudança. Para Lisboa, o silêncio da floresta e a falta geral de comodidades teria afetado o ânimo do pregador: “Aquele homem habituado à pompa”, comenta este historiador maranhense, “caiu sem dúvida em profunda tristeza e abatimento, quando se viu oprimido da solidão e silêncio”.¹¹

⁸ CRISTÓVÃO, Fernando. “A Literatura de Viagens e a História Natural”. In: CRISTÓVÃO, Fernando (Coord.). *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens. Estudos e Bibliografias*. Coimbra: Almedina/Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa, 2002. p. 187.

⁹ “O ‘Tesouro descoberto no rio Amazonas’ do Pe. João Daniel (1758-1776)”. In: PAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins; OVERALL, William Leslie; PUJOLUZ, José Roberto. *O Novo Éden. A Fauna da Amazônia Brasileira nos Relatos de Viajantes e Cronistas desde a Descoberta do Rio Amazonas por Pinzón (1500) até o Tratado de Santo Ildefonso (1777)*. 2. ed. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002. p. 353-429.

¹⁰ AZEVEDO, João Lúcio de. *Os Jesuítas no Grão-Pará*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930, p. 13.

¹¹ LISBOA, João Francisco. *Vida do Padre Antônio Vieira*. São Luís: Academia Maranhense de Letras, 2007. p. 330.



Sair de Portugal, onde tinha a adulação da Corte e os favores do soberano (D. João IV); trocar as grandes cidades européias por paragens novas como São Luís, Belém, Gurupá; abandonar o posto invejado de confessor do rei pelo de missionário do Maranhão, o clima temperado pelo calor e umidade sufocantes. Essas mudanças parecem ter causado algum impacto sobre o padre Vieira. Em carta enviada ao amigo Padre Francisco de Moraes, maio de 1653, Vieira aparentemente resalta os dissabores de sua nova condição: “não trato com mínima criatura, não saio fora senão a remédio de alguma alma. Choro meus pecados, faço que os outros chorem os seus [...]”.¹² É bem verdade que a distância da Europa não era estranha a Vieira. Ele nasceu em Lisboa, mas foi criado no colégio dos Jesuítas da Bahia. É verdade, também, que as principais cidades do Estado do Brasil eram bem maiores, no século XVII, que as suas congêneres do norte. Segundo o também jesuíta Jacinto de Carvalho, cidades como Salvador e Olinda eram populosas e bem estruturadas, “e ainda o Maranhão não tinha nome nem se sabia o que coisa era”.¹³ Esse tipo de testemunho reforçaria, mais tarde, a opinião de que Vieira teria mudado para o Maranhão contra a sua vontade, polêmica cara aos historiadores do século XIX, como o próprio João Francisco Lisboa.

A onipresença da natureza causa diferentes reações em Vieira. De um lado, a infinidade de frutas, peixes, tartarugas, terras férteis, do outro, o grande número de empecilhos a toda obra humana: os mosquitos, as distâncias, as chuvas sem termo, as selvas sem fim. Tal como outros relatos portugueses do mesmo período, o padre retoma a tópica da oposição entre a abundância da natureza e a falta de bons costumes dos portugueses.¹⁴ Nesse sentido, também os índios, ou “naturais”, corroboram este juízo. São os nativos da Amazônia homens de “boa natureza”, mas que são obrigados ao convívio com o péssimo exemplo dos portugueses. Isto explica a tese de que o caráter dos novos cristãos deveria ser moldado não nas vilas e cidades portuguesas, mas nas missões e colégios jesuítas.¹⁵ Na carta de 6 de abril de 1654, enviada ao rei D. João IV, Vieira considera que o único remédio para a boa conservação daquela Conquista é a garantia de que ninguém além dos jesuítas tenha jurisdição sobre os índios, “nem para os mandar, nem para os repartir, nem para outra coisa”. Afinal, conclui o padre, aquelas terras não se assemelham com as da Índia, cheia de cidades e estradas, no Maranhão “tudo são brenhas sem caminho”.¹⁶ Estava desenhado um dos princípios mais importantes do direito dos jesuítas sobre o trabalho indígena. Ao mesmo tempo, se afirma também o melhor preparo dos padres da Companhia de Jesus em missionar na árdua ecologia das terras da América.

A relação entre o homem e a natureza, para Vieira, é uma extensão da identidade entre o homem e Deus. Dessa forma, o jesuíta entende que a Providência poderia suspender qualquer das funções da natureza conforme Sua vontade. Vieira também reafirma a noção escolástica que admite a relação sobrenatural entre a Natureza e Deus. A natureza como obra de Ser perfeito tende a transmitir aos homens ensinamentos morais e fórmulas de bem viver. Haveria, então, princípios encobertos nas coisas do Mundo que compete ao homem atingir pelo intelecto ou por revelação divina. Segundo Alcir Pécora “O mundo, para Vieira, é o eixo inevitável de toda relação de Deus com o homem, e não faria o menor sentido imaginar a este fora de sua determinação essencial [...]”.¹⁷ Essas tendências parecem claras em alguns sermões, como veremos a seguir.

¹² *Idem, ibidem*, p. 330-31.

¹³ CARVALHO, Jacinto de, S.J. *Crônica da Companhia de Jesus no Maranhão*. São Luís: ALUMAR, 1995. p. 37.

¹⁴ CHAMBOULEYRON, Rafael. “Opulência e miséria na Amazônia seiscentista”. In: *Raízes da Amazônia*, vol. I, n. 1 (2005). p. 105-24.

¹⁵ PÉCORA, Alcir. “Vieira e a condução do índio ao corpo místico do Império português (Maranhão, 1652-1661)”. In: COSTIGAN, Lúcia Helena (Org.). *Diálogos da Conversão. Missionários, índios, negros e judeus no contexto Ibero-Americano do período barroco*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005. p. 83-98.

¹⁶ “Ao Rei D. João IV. 1654 – Abril 6”. In: HANSEN. *Op. cit.*, p. 448-453.

¹⁷ PÉCORA, Alcir. *Teatro do Sacramento. A unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antonio Vieira*. São Paulo/Campinas: Edusp/Editora da UNICAMP, 1994, p. 161.

No *Sermão da Epifania*, por exemplo, o jesuíta investe nas comparações entre o Rio Amazonas, o Nilo da antiguidade e o relato bíblico da Torre de Babel. Nas terras da Amazônia os desafios dos missionários são maiores que aqueles encontrados no relato bíblico, pois segundo Vieira: “Na antiga Babel ouve setenta e duas línguas: na Babel do rio das Amazonas já se conhecem mais de cento e cinquenta, tão diversas entre si como a nossa e a grega”¹⁸

Essa aproximação entre o passado bíblico e o presente é uma constante nos textos de Vieira e tende a ratificar uma noção de *História* ordenada por princípios neo-escolásticos. Assim, para Vieira o presente espelha o passado bíblico, este último considerado como referencial ético para a organização da vida dos homens no futuro. A natureza amazônica deve ser compreendida como consequência progressiva da Causa Primeira. Tal como afirma Adolfo Hansen: “É absolutamente estranha a Vieira a idéia iluminista de que não há nenhum fundamento absoluto para a história ou que é processo apenas humano”.¹⁹ A idéia de natureza em Vieira está em perfeita harmonia com esta noção de História. Desse modo, Beatriz Catão Santos afirma a “insuficiência do texto” vieiriano para um conhecimento específico do ambiente maranhense.²⁰ De fato, as condições da vegetação, fauna e clima amazônicos, assim como sua topografia são muitas vezes comparados com as regiões referidas na tradição bíblica e tudo é ordenado por convenções letradas do período.

No *Sermão da Oitava da Páscoa* de 1656, pregado na Igreja Matriz da cidade de Belém, Vieira discute o tema da falta de ouro, prata e moeda metálica nas terras do Maranhão e Grão-Pará. Nessa pregação, o jesuíta compara as terras de Portugal, de natureza abundante, às terras de Espanha, abundante em dinheiro. A sentença final de sua lógica neo-escolástica é iluminada pelo exemplo do reino de Salomão, guiado pelo ouro e perdido em luxo, vaidade, “delícias” e ostentação. A natureza amazônica tem sua riqueza fundada em princípios distintos tanto da Espanha do presente, quanto do reino de Salomão do passado. Para Vieira, então, mais vale o regalo que Deus ofereceu ao Maranhão, pois:

Se Deus vos não deu as [minas] de ouro, e prata, como esperáveis, ou vos fez mercê, de que não se descobrissem, para vos livrar de tantas desgraças [ocorridas ao reino de Salomão] como ouvistes; contentai-vos de vos ter dotado, e enriquecido daquelas, que na sua estimação [...] foram dignas de ser compradas com seu próprio sangue. Este grande Rio, Rei de todos os do mundo, que deu o nome a vossa Cidade, e a todo o Estado.²¹

Mas é no *Sermão de Santo Antonio* de 1654, pregado na cidade de São Luis, que a relação entre natureza e princípios morais fica mais clara. Na ocasião, Vieira explicava certos mistérios contidos na fauna maranhense. O tema central aqui é, novamente, o confronto entre a boa natureza amazônica e os maus costumes dos portugueses. Para Vieira o bom cristão deveria imitar os peixes de S. Antônio, pois mesmo sendo animais irracionais e sem fala, responderam às prédicas do Santo. Eis as duas qualidades que deveriam ter os bons cristãos: as mesmas dos peixes, ouvir e não falar. Ao contrário, os moradores do Maranhão, mesmo sendo homens racionais, não eram capazes de compreender as razões dos missionários. Respondiam, pois, sem ouvir.

¹⁸ “Sermam da Epiphania” (1662). In: *Op. cit.*, p. 513.

¹⁹ HANSEN. *Op. cit.*, p. 27.

²⁰ SANTOS, Beatriz Catão Cruz. *O Pináculo do Temp(l)o. O sermão do Padre Antonio Vieira e o Maranhão do século XVII*. Brasília: Editora da UNB, 1997. p. 54.

²¹ “Sermam da primeira oitava da paschoa” (1656). In: *Op.cit.*, p. 428-9

Os peixes têm, segundo diz Vieira, tão boa natureza que preferem não viver no mesmo ambiente dos homens, antes o retiro dos mares e rios. Este exílio, conclui o jesuíta, mereceria ser chamado de “prudência”, mas na verdade é “natureza”. O famoso jesuíta encerra o elogio aos peixes afirmando que um deles lhe havia “pregado”. Vieira fala de um peixinho freqüente nos rios da região, que os portugueses chamam de “Quatro olhos” (supõe-se ser o Tralhoto, *Anaplebs anaplebs*). Esse peixe tem características especiais. Tal como o próprio nome sugere, possui quatro olhos. Vieira tenta encontrar razões neste mistério:

Mais me admirei ainda considerando nesta maravilha a circunstância do lugar. Tantos instrumentos de vista a um bichinho do mar nas praias daquelas mesmas terras vastíssimas, onde permite Deus, que estejam vivendo em cegueira tantos milhares de gentes há tantos séculos? Oh quão altas, e incompreensíveis são as razões de Deus, e quão profundo o abismo de seus juízos.²²

A partir desta primeira constatação, Vieira constrói um raciocínio transpassado por dois sentidos complementares. O primeiro é o da “causa natural”. Vieira observa que os quatro olhos do peixe estão dispostos em formato de “relógio de areia”, com dois deles apontados para cima e dois outros olhando diretamente para o fundo do rio. Desta forma, esse engenhoso peixe, que nada sempre na superfície, pode vigiar tanto as aves do céu, quanto os peixes maiores do fundo do rio. Desse modo, conclui Vieira, “dobrou-lhe a natureza as sentinelas”. A segunda parte do raciocínio vieiriano é baseada no preceito escolástico de que o homem é capaz de “ler” ensinamentos morais na natureza. O peixinho dos rios do Maranhão é, dessa forma, capaz de “pregar”, mesmo sem fala e capaz de ensinar, mesmo sem “razão”. O peixe Quatro Olhos nos lembra de que há, em cima, um céu e, abaixo, um inferno. O homem deveria ser, segundo Vieira, como esse peixe: ter dois olhos apontados para o céu e dois para o inferno, escolhas que cada homem deveria fazer a partir destas visões antagônicas. Mas para evitar os críticos, Vieira lembra que essa é uma escolha só dos homens: “Mas ainda que o Céu, e o Inferno se não fez para vós, irmãos peixes, acabo, e dou fim a vossos louvores, com vos dar as graças dos muitos que ajudais a ir ao Céu, e não ao Inferno”.²³

De modo geral, o Vieira teólogo clarifica o Vieira naturalista e um não tem existência verossímil sem o outro. Como já foi dito, o fundamento aqui continua sendo o conceito tomista de *natura* e sua relação profunda com a Vontade Livre de Deus e o fim planejado por Ele para o mundo. Na Questão 8 da *Suma Teológica*, Santo Tomás de Aquino discute exatamente a “existência de Deus nas Coisas”. O Príncipe dos Teólogos, como é chamado por Vieira, ao responder a questão se Deus esta em toda parte? (*Utrum Deus sit ubique*), afirma que Ele “esta presente em todas as coisas como causa do ser de todas elas”, mesmo nas pequenas criaturas e nas contingências do tempo.²⁴ Assim, conceber a natureza como parte inalienável do plano divino, como acredita Vieira, significa representá-la como regular, mas “não necessária”, invalidando qualquer possibilidade de pensarmos em “leis da natureza”, independentes da Essência do Ser, tal como no ambiente intelectual dos séculos XVIII e XIX.²⁵

O relato missionário, nos seus vários gêneros, não tem como função só a satisfação da curiosidade européia sobre homens, plantas, animais e clima exóticos. Não podem por isso ser comparados aos registros naturalistas do pós-século XVIII,

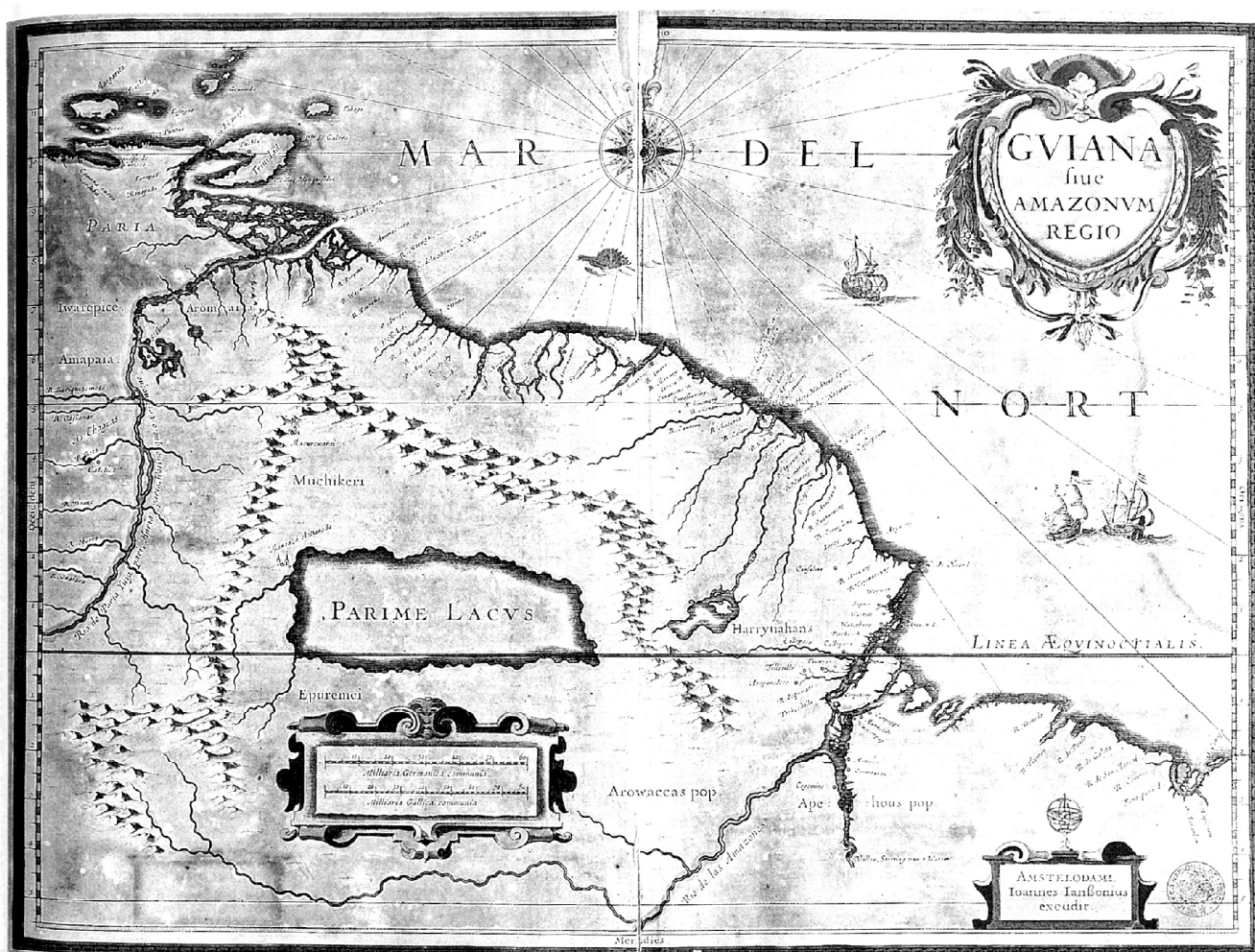


²² “Sermam de S. Antonio” (1654). In: *Op.cit.*, p. 322.

²³ *Idem, ibidem*, p. 324.

²⁴ AQUINO, Tomás. *Suma Teológica*. São Paulo: Edições Loyola, vol. 1, 2001, *Quaestio VIII*, *Articulus 3*, p. 223.

²⁵ Ver sobre o tema: CAME-NIETZKI, Carlos Ziller. *A Cruz e a Luneta: ciência e religião na Europa moderna*. Rio de Janeiro: Acces Editora, 2000; ZATERKA, Luciana. *A Filosofia Experimental na Inglaterra do século XVII: Francis Bacon e Robert Boyle*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/FAPESP, 2003. LENOBLE, Robert. *História da Idéia de Natureza*. Lisboa: Edições 70, 1990.



muito menos aos Diários de Campo contemporâneos. Os relatos missionários procuram fortalecer, ao contrário, a identidade mística entre os vários jesuítas espalhados pelo mundo a partir de exemplos de entrega e martírio, dignos de serem seguidos, pelos demais integrantes da Ordem. Por isso mesmo, esses textos deveriam ser lidos em voz alta nos Colégios jesuíticos, como se fazia com as cartas oriundas das missões.

De certo, não é possível negar também o impacto que a experiência amazônica poderia causar sobre a escrita missionária. Os missionários eram homens que cumpriam duras jornadas por matas herméticas, rios colossais e distâncias bem maiores que aquelas encontradas na Europa. Estamos exatamente no limiar entre o argumento convencional, fornecido pela tratadística, e a natureza não convencional oferecida pela imensa floresta. No caso dos textos jesuíticos, ainda temos o agravante de ser esse conjunto documental, por vezes, muito posterior a suposta experiência vivida. É bom lembrar, por exemplo, que a *edição princeps* dos sermões de Vieira é de 1679, organizada por um padre já velho e doente.²⁶ As impressões de Vieira sobre a Amazônia foram amadurecidas e modificadas nos anos de sua longa vida, quase toda ela passada bem longe do Maranhão e Grão-Pará. O que restou ao historiador, como de costume, são fragmentos amarelados pelo tempo.

²⁶ SALOMÃO, Sonia N. "Introdução" a VIEIRA, Antônio. *As lágrimas de Heráclito*. São Paulo: Editora 34, 2001, p. 7-93.

Referências

- AQUINO, Tomás. *Suma teológica*. São Paulo: Edições Loyola. v. 1, 2001.
- AZEVEDO, João Lúcio de. *Os jesuítas no Grão-Pará*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930.
- CAMENIETZKI, Carlos Ziller. *A cruz e a luneta: ciência e religião na europa moderna*. Rio de Janeiro: Acces Editora, 2000.
- CARDOZO, Alirio. Um Atalho para a Fortuna. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 3, n. 26, nov.2007, p. 60-63.
- CARVALHO, Jacinto de, S.J. *Crônica da Companhia de Jesus no Maranhão*. São Luis: ALUMAR, 1995.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. Opulência e miséria na Amazônia seiscentista. In: *Raízes da Amazônia*, v. I, n. 1 (2005). p. 105-24.
- CRISTÓVÃO, Fernando. "A Literatura de Viagens e a História Natural". In: _____ (Coord.). *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens. Estudos e Bibliografias*. Coimbra: Almedina/Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa, 2002.
- HANSEN, João Adolfo (Orgs.). *Antonio Vieira. Cartas do Brasil, 1626-1697*. São Paulo: Hedra, 2003.
- LENOBLE, Robert. *História da Idéia de Natureza*. Lisboa: Edições 70, 1990.
- LISBOA, João Francisco. *Vida do Padre Antônio Vieira*. São Luís: Academia Maranhense de Letras, 2007.
- PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins; OVERAL, William Leslie; PUJOL-LUZ, José Roberto. *O novo Éden. A fauna da Amazônia brasileira nos relatos de viajantes e cronistas desde a descoberta do rio Amazonas por Pinzón (1500) até o Tratado de Santo Ildefonso (1777)*. 2. ed. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002.
- PÉCORA, Alcir. "Vieira e a condução do índio ao corpo místico do Império português (Maranhão, 1652-1661)". In: COSTIGAN, Lúcia Helena (Org.). *Diálogos da conversão. Missionários, índios, negros e judeus no contexto Ibero-Americano do período barroco*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005. p. 83-98.
- PÉCORA, Alcir. *Teatro do Sacramento. A unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antonio Vieira*. São Paulo/Campinas: Edusp/Editora da UNICAMP, 1994.
- SALOMÃO, Sonia N. "Introdução" a VIEIRA, Antônio. *As lágrimas de Heráclito*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- SANTOS, Beatriz Catão Cruz. *O Pináculo do Temp(l)o. O sermão do Padre Antonio Vieira e o Maranhão do século XVII*. Brasília: Editora da UNB, 1997.
- VIEIRA, Antonio. *História do futuro*. Belém: SECULT, 1998.
- VIEIRA, Antonio. *Sermões do Padre Antônio Vieira. Reprodução facsimilada da edição de 1685/1683*. São Paulo: Editora Anchieta S.A, v. II, III e IV, 1944.
- ZATERKA, Luciana. *A Filosofia Experimental na Inglaterra do século XVII: Francis Bacon e Robert Boyle*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/FAPESP, 2003.